

Roberto Rodrigues

*Roberto Rodrigues é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da Abag (Associação Brasileira de Agribusiness) e professor de economia rural da Unesp/Jaboticabal.*
*abag@netpoint.com.br*

# *Agribusiness e emprego*

A campanha eleitoral para a presidência da República, fora a estrepitosa baixaria que humilha as famílias de bem deste país, trouxe uma discussão extremamente importante, referente à geração de empregos. Promessas mais ou menos espetaculares em termos de números de empregos que os candidatos – se eleitos – "criariam" provocaram as mentes dos eleitores, exercendo alguma influência sobre a intenção de votos. É bem verdade que não houve muita clareza sobre como os tais postos de trabalho seriam criados, mas o apelo do tema é expressivo, visto ser ele um dos maiores problemas do cotidiano dos países em desenvolvimento.

É certo, também, que programas oficiais que promovessem a substituição de importações teriam condições de atrair novas empresas ou ampliar as existentes, criando empregos. Mas há uma dúvida sincera sobre a capacidade de o governo ser efetivo em projetos dessa natureza, porque eles só decolam se houver interesse de investidores. E estes não se louvam apenas na vontade ou nas intenções dos governantes para decidir onde vão colocar o seu dinheiro, até porque o inferno está cheio de bem-intencionados. Investidores analisam as vantagens relativas de um país, seus riscos políticos, sua estabilidade econômica, sua paz social, para dizer o mínimo. Em suma, buscam o máximo retorno sobre seu capital.

Portanto, as promessas sobem ao terreno das dúvidas. O cenário internacional é um convite para especular sobre as reais chances brasileiras. As ameaças norte-americanas ao Iraque, a caça aos terroristas, os pavorosos incidentes em certos países africanos (Zimbábue, Congo), as tragédias de Israel x Palestina, da Cachemira, as ações das Farc, do IRA ou do ETA, para ficar em alguns exemplos de paz ameaçada, por um lado, e crises econômicas de países como a Argentina, por outro, tendem a produzir uma reação pela qual investidores buscariam "ilhas" de tranqüilidade, onde seu lucro não correria o risco de sair pelo ralo dos desajustes eventuais.

E o Brasil tem – ou teria? – condições de ser um objeto de desejo desses investidores: a extensão territorial, a índole do povo, a tecnologia já desenvolvida, a infra-estrutura em implantação, o grande mercado interno, entre outros, são razões para tanto. Mas há dúvidas quanto a um novo governo.

Seja como for, é mesmo no agribusiness que as chances são melhores.

Dados do MIC mostraram, por exemplo, que um emprego gerado na agricultura de sequeiro custa US$37 mil, enquanto na indústria em geral custa US$83 mil, mais que o dobro. Na agricultura irrigada o custo cairia para US$27 mil e na metalurgia subiria para US$145 mil.

Em contrapartida, dados do BNDES indicam que o agribusiness é o setor que gera mais empregos por milhão de reais investidos na atividade. São 202 na agropecuária, 163 na madeira, 136 em alimentos e bebidas, 110 em celulose e papel, 103 em têxtil e confecção e 92 em borracha e plástico. Sem falar em transportes, comércio e serviços em geral. E tudo isso é o agribusiness.

Tudo isso cria já uma boa expectativa sobre empregos gerados no agribusiness, que, aliás, responde por 37% do total dos trabalhadores brasileiros. Na outra mão, a mecanização e o progresso técnico na agropecuária tendem a excluir pessoal hoje empregado no campo. Mas, em compensação, quando imaginamos que ainda temos 90 milhões de hectares para incorporar à fronteira agrícola, o saldo só pode ser positivo: realmente, é neste setor que os empregos surgirão, desde que políticas públicas adequadas sejam implantadas, e desde que nas grandes rodadas de negociação internacional de comércio – Alca, OMC, UE – os mercados se abram.

Mas isso já é outra conversa.